

FABRICIO J. NAZZARI VICROSKI

---

**Breve  
contextualização  
arqueológica e  
etnohistórica de  
Porto Alegre e  
região**

---



SÍRIUS

**Breve  
contextualização  
arqueológica e  
ethnohistórica de  
Porto Alegre e  
região**

**FABRICIO J. NAZZARI VICROSKI**

**Sírius**

## **Realização**

Sírius Estudos e Projetos Científicos Ltda  
CNPJ: 16.970.921/0001-17  
www.sirius.eco.br

## **Apoio**

Universidade de Passo Fundo  
Programa de Pós-Graduação em História  
Núcleo de Pré-História e Arqueologia

## **Autor**

Fabricio José Nazzari Vicroski

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Vicroski, Fabricio José Nazzari  
Breve contextualização arqueológica e  
etnohistórica de Porto Alegre e região [livro  
eletrônico] / Fabricio José Nazzari Vicroski. --  
1. ed. -- Erechim, RS : Sírius Estudos e Projetos  
Científicos, 2020.  
2,19 ; PDF

Bibliografia  
ISBN 978-65-00-01810-3

1. Arqueologia 2. Arqueologia - Brasil - Porto  
Alegre (RS) 3. Arqueologia - História 4. Arqueologia  
- Pesquisas 5. Etnohistória - Porto Alegre (RS)  
6. Municípios - Porto Alegre (Estado) I. Título.

20-35608

CDD-930.1098165

### **Índices para catálogo sistemático:**

1. Arqueologia e etnohistória : Porto Alegre :  
História 930.1098165

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

*Esta é uma obra de divulgação científica. É permitida a sua  
impressão e reprodução digital (total ou parcial), para fins  
científicos e educacionais, sem a necessidade de autorização  
prévia do autor, desde que citada a fonte.*

## Sumário

<b>O CONHECIMENTO ARQUEOLÓGICO.....</b>	<b>8</b>
Breve histórico das pesquisas.....	8
O povoamento pré-colonial .....	29
Paleotocas.....	43
<b>O CONHECIMENTO ETNOHISTÓRICO .....</b>	<b>48</b>
Povos indígenas.....	48
Povos africanos e afrodescendentes .....	59
Considerações finais .....	65
Referências bibliográficas .....	67

## **Apresentação**

A presente publicação constitui uma obra de divulgação científica. Seu objetivo é promover a extroversão do conhecimento arqueológico e etnohistórico produzido no âmbito de projetos de pesquisa arqueológica desenvolvidos em municípios da região metropolitana de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul. A presente publicação, bem como parte das pesquisas foram desenvolvidas pela empresa Sírius Estudos e Projetos Científicos Ltda, com o apoio institucional do Núcleo de Pré-História e Arqueologia vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo.

O horizonte cronológico abarca os primórdios da ocupação humana no período pré-colonial, perpassando também pela

colonização histórica. A abordagem privilegia as populações indígenas e afrodescendentes. Portanto, as pesquisas essencialmente de arqueologia histórica não estão aqui contempladas. Tal recorte étnico é justificado pela natureza e resultados das pesquisas, mas também pela recorrente marginalização ou invisibilidade desses grupos que ainda hoje permeia o imaginário coletivo e a produção historiográfica.

No intuito de centralizar a narrativa, estabelecemos como ponto central o atual território compreendido pelo município de Porto Alegre. Entretanto, ao tratarmos de períodos recuados da história é preciso abstrair os atuais limites político-administrativos, outrora inexistentes. Logo, o território de fato, abarca o estuário do Guaíba, o delta do Jacuí, as várzeas do Gravataí, as regiões de matas e morros graníticos, as praias e lagoas de Itapuã. Enfim, todos os compartimentos ambientais

palmilhados e explorados pelas populações que aqui viveram durante o período pré-colonial, mas que participaram também ativamente dos processos de fusão e fissão social decorrentes da colonização europeia, cujos remanescentes mostram-se presentes não somente na história da região, mas também no constante processo de construção da sociedade contemporânea.

Não se trata de uma obra exaustiva, mas sim indicativa do alto potencial arqueológico regional, utilizando-se para tanto de uma breve sistematização de informações que contribuem para contextualizar a abordagem. Obviamente, o volume de pesquisas até então desenvolvidas excede os recortes aqui definidos.

Como uma obra de divulgação científica, essa publicação eventualmente pode ser utilizada como material de apoio para professores e alunos, preenchendo em parte as lacunas dos livros didáticos. Pode servir ainda

como fonte de consulta para arqueólogos e pesquisadores que desenvolvem estudos na região. A sua impressão, reprodução digital (parcial ou total) é totalmente permitida e estimulada, sendo desnecessária a obtenção de autorização prévia do autor, desde que citada a fonte.

Fabricio J. Nazzari Vicoski<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Arqueólogo e Historiador. Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (PPGH/UPF), com estágio de doutorado sanduíche (PDSE Capes) no *Instytut Archeologii* da *Uniwersytet Wrocławski*, Polônia. Docente colaborador e pós-doutorando (PNPD Capes) no PPGH/UPF. Arqueólogo do Núcleo de Pré-História e Arqueologia (NuPHA/PPGH/UPF).

# **O CONHECIMENTO ARQUEOLÓGICO**

## **Breve histórico das pesquisas**

Em termos geomorfológicos, a Região Metropolitana de Porto Alegre está situada na Planície Costeira Interna, parcialmente preenchida por depósitos lagunares, formando planícies com vegetação herbácea e relevo suave, contrastando com elevações residuais de rochas graníticas do Escudo Sul Rio-grandense, onde ocorrem coxilhas e morros isolados. Nesse cenário destaca-se também o Delta do Rio Jacuí, o estuário do Guaíba e a Laguna dos Patos.

Tal contexto proporciona um mosaico ambiental outrora formado por campos arenosos, matas de restinga, dunas, banhados, lagoas costeiras, áreas úmidas e afloramentos rochosos que ofereciam às populações pré-coloniais uma gama de recursos ambientais sazonalmente explorados, permitindo o

deslocamento sistemático dos grupos e a ampla ocupação desse território, fator que proporcionou a formação de uma série de sítios arqueológicos na região.

Esse contexto ambiental foi explorado posteriormente por populações oriundas principalmente da Europa e África, especialmente a partir do século XVIII, característica que confere à região um potencial em termos de arqueologia pré-colonial e também no campo da arqueologia histórica.

Conforme o banco de dados do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (CNSA/IPHAN), bem como informações disponibilizadas pelo Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo (MJJF), o município de Porto Alegre conta com cerca de uma centena de **sítios e áreas de ocorrência arqueológicas** registradas.

No ano de 2016, a Secretaria Municipal da Cultura de Porto Alegre, através da Coordenação da Memória Cultural, lançou uma publicação voltada para a gestão do patrimônio arqueológico. O livro intitulado **Gerenciamento do Patrimônio Cultural no âmbito do licenciamento ambiental em Porto Alegre: O componente arqueológico**, foi organizado pelo arquiteto Luiz Antônio Bolcato Custódio, e conta com artigos das arqueólogas Gislene Monticelli, Fernanda Tocchetto e do arqueólogo Fabricio J. Nazzari Vicroski, além dos arquitetos Felipe Escosteguy, Geisa Bugs e Fausto Bugatti Isolan. A publicação apresenta uma sistematização das ações, experiências e resultados empreendidos pelo poder público na gestão do patrimônio arqueológico em Porto Alegre. O livro também trás uma relação atualizada dos sítios arqueológicos cadastrados, bem como um Mapa de Evolução da Ocupação Urbana de Porto

Alegre (de 1752 à 1956) e um Mapa de Sítios e Ocorrências Arqueológicas (Figura 1).



Figura 1 – Mapa de Sítios e Ocorrências Arqueológicas elaborado pela CMC.

Fonte: CUSTÓDIO, 2016.

Esse mapa, obviamente, não representa a totalidade dos sítios arqueológicos existentes no município, mas sim aqueles identificados até o momento. No entanto, ele serve como um instrumento de gestão e também como um elemento indicativo do alto potencial arqueológico regional, evidenciando a necessidade de procedimentos e políticas públicas visando a proteção de desse patrimônio, além da produção e extroversão do conhecimento científico.

Ao longo das últimas décadas diversos arqueólogos e instituições de pesquisa desenvolveram estudos que resultaram no cadastramento de sítios arqueológicos na região, todavia, nem sempre tais resultados foram inseridos no banco de dados do IPHAN, alguns não tiveram seus dados publicados ou a divulgação ocorreu de forma restrita. As pesquisas referem-se a projetos de caracterização arqueológica, resgate,

monitoramento, escavação e valorização de sítios, entre outras atividades. Em sua maioria trata-se de pesquisas ligadas a processos de licenciamento ambiental. Soma-se a este contexto algumas pesquisas de caráter acadêmico.

No município de Viamão, em 1999 o arqueólogo João Felipe Garcia da Costa, com apoio institucional do Museu de Arqueologia do Rio Grande do Sul (MARSUL), desenvolveu uma pesquisa na Lomba do Tarumã sobre um assentamento militar relacionado à Revolução Farroupilha. Entre os anos de 2004 e 2005 o arqueólogo Sérgio Klamt (UNISC) coordenou o projeto de monitoramento arqueológico na Praça da Matriz. Já em 2007 foi desenvolvido um programa de arqueologia preventiva em decorrência da implantação de uma linha de transmissão, o projeto foi coordenado pela arqueóloga Taís Vargas Lima (URCAMP), e além de Viamão, englobou também os municípios de

Alvorada, Canoas, Gravataí, Cachoeirinha e Santo Antônio da Patrulha.

No ano de 2009, os pesquisadores Gislene Monticelli e Júnior Domiks realizaram um Diagnóstico Arqueológico Preliminar na área de implantação de um empreendimento eólico no Distrito de Itapuã, na localidade de Varzinha, junto a Lagoa do Casamento, resultando na identificação de evidências arqueológicas como fragmentos cerâmicos, líticos, além de materiais referentes ao período de colonização histórica.

Até o momento, na área destinada ao empreendimento, nosso reconhecimento geral permitiu a confirmação de concentrações de evidências materiais como fragmentos de cerâmica, material lítico e material histórico (moeda, louça importada, vidro e metal), oriundos ocupações por populações pré-ceramistas (a confirmar) ou oficinas líticas de populações ceramistas (como os Guarani), assim como material proveniente dos contatos entre as populações nativas com aquelas dos imigrantes (espanhóis, como padres

jesuítas nos primeiros contatos, a partir do século XVI, açorianos, a partir do século XVIII, e imigrantes italianos e alemães, no século XIX, entre outros e ainda cronistas, naturalistas e viajantes, que percorrem a região ao longo de todo esse período). (MONTICELLI, DOMIKS, 2009, p. 13).

Os vestígios foram localizados principalmente sobre as dunas existentes nas proximidades da Lagoa do Casamento (Figura 2).



Figura 2 – Moeda e fragmento de cerâmica arqueológica.  
Fonte: MONTICELLI; DOMIKS, 2009, p. 22.

Nessa mesma região, no ano de 2012 o arqueólogo Fabricio J. Nazzari Vicroski executou o Diagnóstico Não Interventivo do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural na Área de

Influência do da LT 230 kV Pontal – Viamão III, na oportunidade foram identificados fragmentos de recipientes cerâmicos expostos em superfície (Figura 3). Trata-se de fragmentos de coloração escura, de pouca espessura e grande quantidade de antiplástico. Os vestígios apresentaram superfície porosa e erodida, tornando-os extremamente frágeis. Provavelmente constituem três partes de um único fragmento.



Figura 3 – Fragmentos de cerâmica arqueológica localizados em Viamão.  
Fonte: VICROSKI, 2012.

Na região leste do município de Viamão, mais precisamente na Aldeia Guarani da Estiva (*Tekoá Nhundy*) situada no Distrito de Águas Claras, também foram localizados fragmentos de recipientes cerâmicos. A aldeia está situada no km 39 da rodovia RS-040. No ano de 2011, os alunos do curso de Licenciatura em História da Ulbra/Guaíba, realizaram uma atividade de resgate de indícios e memórias do passado junto aos indígenas. “Em Viamão, visitaram uma reserva indígena onde procuraram, através de entrevistas gravadas e fotos, o resgate de indícios arqueológicos através da oralidade com membros da tribo e com a professora da escola indígena da reserva” (SANTOS; PETERSEN; MACHADO; ROMAN, 2011, p. 517). A atividade teve como resultado imediato a confirmação da ocorrência de vestígios arqueológicos na aldeia guarani.

Já na extremidade noroeste de Viamão há um sítio pré-histórico junto ao perímetro

urbano. Localizado por Naue em 1973 (RS-132: Seminário / VM 069), está situado junto à rodovia RS-040, nas proximidades do Seminário Maior Arquidiocesano Nossa Senhora da Conceição.

Um sítio com características similares foi localizado no ano de 2001 por Gislene Monticelli e Junior Domiks no município vizinho de Alvorada, junto a rodovia RS-118, a 55 metros de um córrego. Trata-se de um sítio lítico superficial (JGG 01 – Sítio Passo das Canoas), quase totalmente destruído pela abertura da rodovia. Foram coletadas lascas líticas de matéria-prima ígnea.

Já no estuário do Guaíba, em ambas as margens do arroio do Conde, situa-se o sítio arqueológico Arroio do Conde, inserido na divisa entre os municípios de Eldorado do Sul e Guaíba. O sítio foi parcialmente pesquisado pelo arqueólogo Sérgio Leite na década de 1970. Atualmente é reconhecido pela sua destacada

relevância científica, uma vez que serviu como estudo de caso para o pesquisador Francisco Silva Noelli, cuja dissertação de mestrado defendida em 1993 constitui uma obra de referência no tocante à compreensão do modelo de assentamento e do processo de subsistência dos povos guarani pré-coloniais. No ano de 2017 a pesquisa foi retomada pelos arqueólogos Fabricio J. Nazzari Vicroski e Cristine Mallmann Vicroski, trazendo novos dados para a compreensão desse importante assentamento (Figura 4).



Figura 4 – Fragmento de cerâmica guarani identificado no Sítio Arqueológico Arroio do Conde.

Fonte: VICROSKI, 2017.

Dentre os municípios da região, Porto Alegre destaca-se pelo grande volume de sítios arqueológicos cadastrados, bem como pela quantidade de estudos preventivos promovidos ou apoiados pelo Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo. A instituição desenvolveu importantes pesquisas especialmente no campo da arqueologia histórica.

Em Porto Alegre, podemos destacar, como referência, o trabalho realizado pela equipe do Museu Joaquim José Felizardo, desde 1993, tais como as pesquisas arqueológicas, principalmente em sítios históricos, como o Solar da Travessa Paraíso e o Solar Lopo Gonçalves; atividades nas Praças da Harmonia, Brigadeiro Sampaio, Rui Barbosa e Parobé e no Mercado Público Central, no Paço Municipal e em casa na Rua Riachuelo, Morro Santana, entre outras. Houve ainda escavações no Solar dos Câmara, pesquisa essa executada pelo IPHAN, sob a coordenação de José Otávio Catafesto de Souza e Cláudio Carle (MONTICELLI; DOMIKS, 2009, p. 9-10).

No que tange a arqueologia pré-histórica, a maioria dos sítios arqueológicos cadastrados situa-se junto ao estuário do Guaíba e nas margens da Laguna dos Patos, em áreas como o Morro da Fortaleza, Praia das Pombas, Morro do Farol, Morro do Côco, Ilha do Junco, Parque Estadual de Itapuã<sup>2</sup>. Os sítios são constituídos predominantemente por vestígios lito-cerâmicos. Tais locais foram pesquisados por Guilherme Naue, Andréa Zortéa, Pedro Augusto Mentz Ribeiro, Sérgio Baptista da Silva, Francisco Noelli, entre outros.

A maioria dos sítios arqueológicos pré-históricos está relacionada a populações de horticultores guarani, com sítios na Praia do Lami, Ponta do Arado, Morro São Pedro, Ilha Francisco Manuel, Vila Restinga, entre outros. “Existem diversas indicações, antigas e recentes, de vestígios em locais como: Morro do Osso,

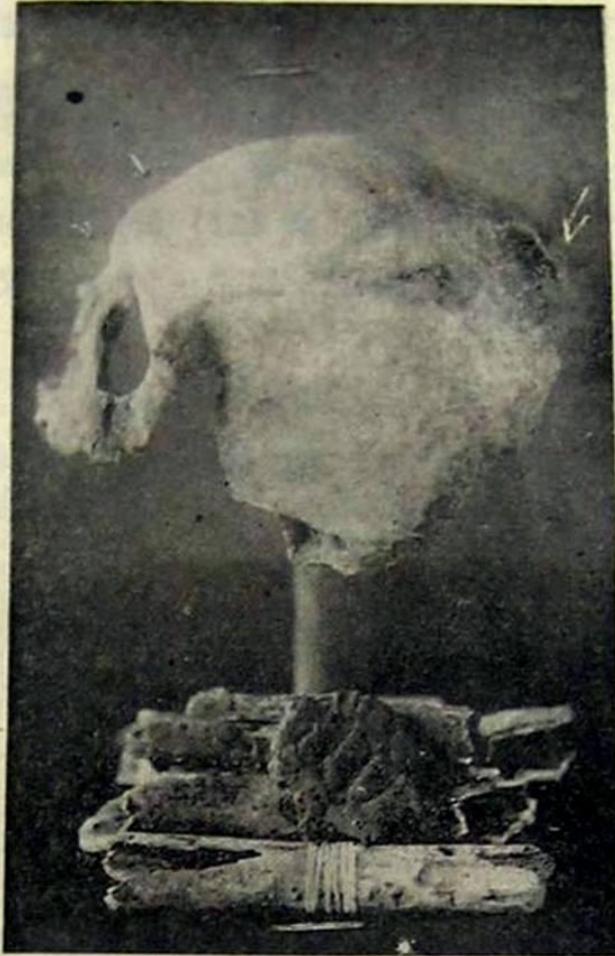
---

<sup>2</sup> Nesta região também situa-se a Aldeia Guarani de Itapuã, com uma área de 22ha.

Santa Tereza, Passo d'Areia, São João, Vila Nova, Morro do Espírito Santo, várzea do Gravataí, Ponta dos Coatís, Belém Novo, entre outros” (OLIVEIRA, 2005, p. 44-45).

A respeito de Vila Nova, bairro da zona sul de Porto Alegre, merece destaque a descoberta do “crânio do homem de Vila Nova”. O crânio e alguns ossos foram encontrados pelo agricultor Jerônimo Lourenço no ano de 1903, quando preparava a terra para o cultivo. Os vestígios estavam alojados no interior de uma urna cerâmica. O achado foi noticiado por Ney Fonseca no jornal Correio do Povo em 1965 (Figura 5), na época os vestígios foram enviados ao Museu Nacional.

DOMINGO, 21 DE FEVEREIRO DE 1965



Crânio do "homem de Vila Nova", observado de perto. Vejam-se a trepanação, a curva do frontal e o prognatismo da arcada superciliar

Figura 5 – Fotografia do crânio de Vila Nova veiculada em matéria do jornal Correio do Povo.

Fonte: Correio do Povo (1965).

Há também vestígios de populações de caçadores-coletores, a exemplo do sítio RS.JA-02, cujo contexto apresenta não somente evidências do período pré-cerâmico, mas também vestígios guarani. Também ocorrem sítios multicomponenciais com elementos históricos e pré-históricos, como o RS.JA-74 (MJFF, 2011).

O sítio da Ilha Francisco Manuel foi parcialmente escavado por Patrícia Gaulier no ano 2000, permitindo a realização de uma datação radiocarbônica que situou a ocupação em 610 +/- 50 anos A.P. (MONTICELLI; DOMIKS, 2009).

Outros estudos realizados por pesquisadores como Luís Symanski, André O. Rosa, Tais Vargas Lima, Cláudio Carle, Sérgio leite, Klaus Hilbert, Rafael Corteletti, Maria L. F. Monteiro, Kelly de Oliveira, Karla Fredel, Ângela Cappelletti, Kelli Bisognin, Fabiano Branchelli, Renata Rauber, Mariana Neumann, Cláudia

Uessler, Alberto T. de Oliveira, João Felipe G. da Costa, Vera L. Trommer Thaddeu e Beatriz Thiesen contribuíram para evidenciar o alto potencial arqueológico da região, especialmente no tocante à arqueologia histórica urbana, grande parte em pesquisas vinculadas ao licenciamento ambiental.

Estudos de cunho acadêmico desenvolvidos por pesquisadores como Pedro Ignácio Schmitz, José P. Brochado, Eurico Theófilo Miller, André Jacobus, Guilherme Naue, entre outros, resultaram na produção de conhecimento principalmente sobre as populações pré-históricas.

De forma geral, com base nas pesquisas até então realizadas na região, pode-se afirmar que o povoamento indígena das áreas próximas ao estuário do Guaíba "ocorreu desde pelos menos 9.000 anos antes do presente, marcada por diversas e sucessivas populações" (NOELLI et al., 1997, p. 210). As populações caracterizam-se

por grupos de caçadores-coletores e ceramistas-horticultores, tradicionalmente identificadas pelas Tradições Arqueológicas **Umbu, Humaitá, Vieira, Tupiguarani e Taquara.**

A terminologia baseada em Tradições e Fases Arqueológicas constitui unicamente uma forma de classificar a cultura material dos grupos humanos pré-coloniais, sem considerar eventuais diferenciações existentes entre estes grupos em outros níveis, como o cultural, social, linguístico, econômico, entre outros, reduzindo assim, sob uma denominação comum, uma multiplicidade maior de povos e culturas. Portanto, tal terminologia deve ser compreendida unicamente como representativa de determinadas técnicas por vezes compartilhadas por uma gama de grupos étnicos com outros níveis de diferenciação entre si.

De forma genérica, pode-se afirmar que as ocupações nesta região nos permitem sistematizar o seguinte panorama cronológico

dessas tradições arqueológicas (NOELLI et al., 1997, p. 212):

Tabela 1: Panorama cronológico das tradições arqueológicas na região.

<b>TRADIÇÃO ARQUEOLÓGICA</b>	<b>ORGANIZAÇÃO SOCIAL</b>	<b>DATAÇÃO</b>
Tradição Umbu	Nômades (caçadores-coletores)	+/- 9.000 A.P.
Tradição Humaitá	Nômades (caçadores-coletores)	+/- 6.600 A.P.
Tradição Vieira	Semi-nômades (ceramistas-horticultores)	+/- 1.800 A.P.
Tradição Guarani	Semi-nômades (ceramistas-horticultores)	+/- 1.800 A.P.
Tradição Taquara	Semi-nômades (ceramistas-horticultores)	+/- 1.600 A.P.

\*Antes do Presente (A.P.) = ano de 1950.

Apesar da multiplicidade do registro arqueológico regional, observa-se uma

predominância de sítios relacionados aos horticultores guarani (Figura 6).

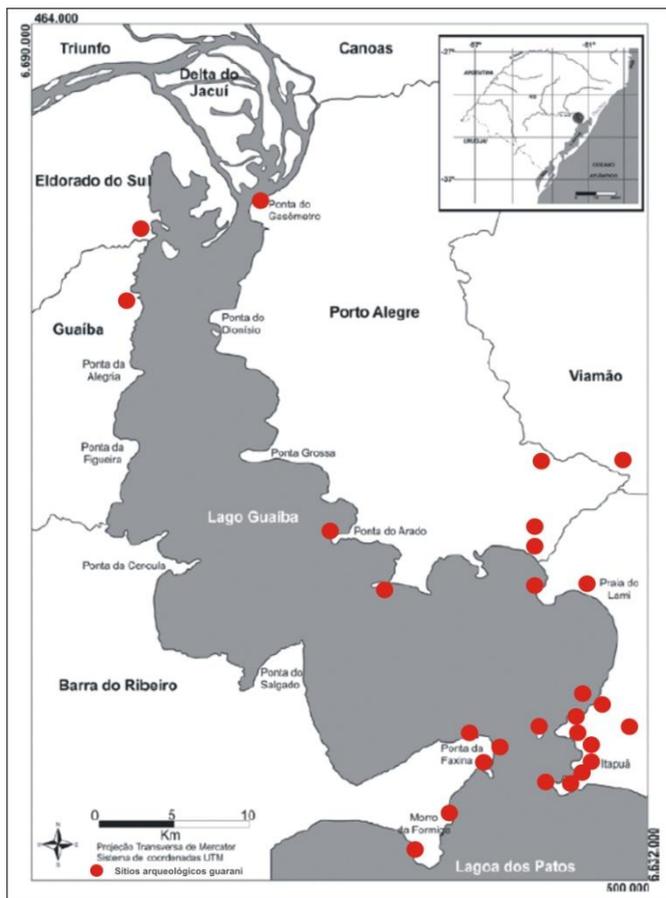


Figura 6 – Sítios guarani na região do Lago Guaíba.

Fonte: DIAS & SILVA, 2014.

Os sítios de caçadores-coletores e também dos horticultores do Planalto ocorrem em menor escala. A região igualmente constitui uma área limítrofe para a ocorrência dos sítios com cerritos, que se apresentam com maior densidade ao sul desse território.

Com base no conhecimento disponível acerca desses grupos, apresentamos na sequência uma breve contextualização arqueológica sobre o modo de vida dessas populações.

## **O povoamento pré-colonial**

Os vestígios mais antigos da ocupação pré-colonial remetem a grupos de caçadores-coletores nômades que também habitavam partes da Argentina e Uruguai, entre outras regiões. A temperatura situava-se alguns graus abaixo da média atual, o clima deste período também diferenciava-se dos dias de hoje,

obrigando estas populações a se adaptarem as condições climáticas então vigentes.

A caça, a pesca e a coleta constituíam seu principal modo de subsistência, estes grupos comumente são relacionados às Tradições Arqueológicas Umbu e Humaitá, a primeira com um instrumental tecnológico melhor adaptado às áreas de campo, e a segunda às áreas de florestas. Estes grupos nômades de caçadores-coletores fabricavam ferramentas de pedra lascada em larga escala (Figura 7). Madeira, ossos e conchas também eram utilizados, contudo, tais elementos são de difícil conservação em contextos arqueológicos. Entre a matéria-prima utilizada para a confecção dos artefatos líticos no período pré-cerâmico, podemos citar o basalto, calcedônia, arenito, diabásio, sílex e quartzo.

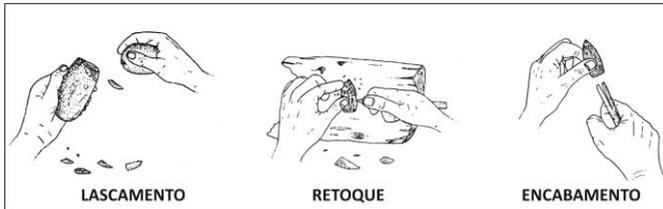


Figura 7 - Principais etapas do processo de confecção de um artefato lítico lascado.

Ilustração: Fabricio J. Nazzari Vicoski.

O lascamento das pedras era efetuado procurando-se criar gumes cortantes ou arestas pontiagudas. Priorizava-se seixos anatômicos que se encaixavam de forma confortável nas mãos. Dependendo da forma e uso, alguns eram afixados a um cabo de madeira.

Além de seixos e blocos, as lascas também eram largamente utilizadas, já que constituem em si um instrumento cortante. Determinadas lascas recebiam retoques nas extremidades através de pequenos lascamentos feitos por pressão com a ajuda de objetos pontiagudos de madeira, ossos, ou chifres de animais, obtendo-se assim um instrumento ainda mais eficiente,

como pontas de projéteis (Figura 8), facas e raspadores.

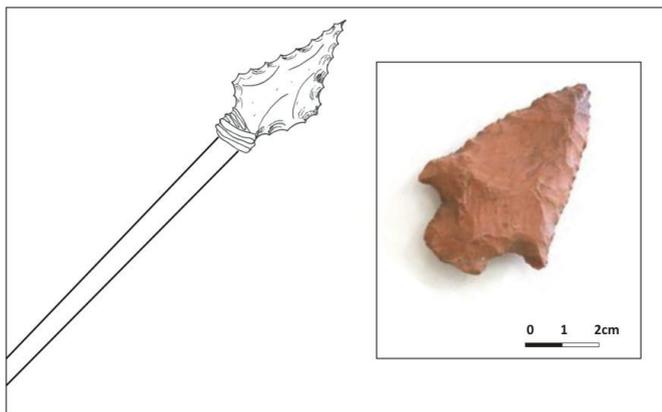


Figura 8 – Ponta de flecha de pedra lascada.  
Ilustração e fotografia: Fabricio J. Nazzari Vicroski.

Suas habitações possuíam caráter temporário, como pequenas choupanas construídas com galhos, folhas, tramas vegetais e provavelmente peles de animais. Eventualmente abrigos naturais sob as rochas também eram utilizados.

Além dos vestígios das populações de caçadores-coletores, a região apresenta com maior intensidade sítios arqueológicos relativos

ao período cerâmico, marcado pela presença de três culturas ceramistas, Vieira, Guarani e Taquara, que teriam atingido a atual região metropolitana de Porto Alegre aproximadamente entre 1500 e 1800 anos atrás.

Os grupos humanos relacionados à Tradição Vieira são comumente associados aos povos historicamente conhecidos como charruas e minuanos. Eles construíam pequenos aterros elevados em áreas alagadiças onde estabeleciam suas moradias livres de eventuais enchentes, tais aterros são denominados de **cerritos**, ocorrem geralmente na Planície Costeira e Escudo Sul Rio-grandense, mas também no Uruguai e Argentina, regiões que compartilham as características geomorfológicas. Foram construídos em banhados nas imediações de lagoas e rios, locais, portanto, com uma grande variedade de recursos alimentares, com várias espécies de peixes e moluscos, além é claro de frutas,

pássaros e mamíferos de pequeno porte naturais deste habitat (SCHMITZ, 1991). As extensas várzeas existentes no entorno do estuário do Guaíba ainda guardam vestígios dos antigos cerritos, a exemplo de sítios cadastrados em Nova Santa Rita (CNSA: RS02077), e Viamão (CNSA: RS01940), onde além do aterro foram localizados vestígios ósseos e líticos.

Quanto a sua forma, é geralmente circular ou oval, com diâmetros que variam de 15 a 100 metros, podendo atingir até 7 metros de altura. Os cerritos poderiam aparecer agrupados, interligados por canais de água, em seu interior podem ser encontrados vestígios de sepultamentos, além de resíduos alimentares, vestígios ósseos, conchíferos e lito-cerâmicos (SCHMITZ, 1991).

Neste mesmo período novas levadas populacionais atingiram a região, trata-se dos ceramistas-horticultores guarani, migrantes

vindos da Amazônia, identificados pela Tradição Ceramista Tupiguarani.

A cerâmica arqueológica guarani do Rio Grande do Sul possui formas e tamanhos variados, destacando-se os recipientes de grande porte, utilizados para armazenar água ou preparar bebidas fermentadas como o *cauim*, bebida alcoólica elaborada a partir da mandioca, amplamente difundida entre as populações falantes do tronco linguístico Tupi-guarani oriundas da Região Amazônica (Figura 9).



Figura 9 – Recipientes cerâmicos guarani.  
Fonte: Sírius Estudos e Projetos Científicos.

Além dos recipientes cerâmicos, as cabaças ou porongos (*Lagenaria vulgaris*) também serviam para armazenar água ou alimentos. Na região Sul do país, por influência indígena, os porongos ainda são utilizados, a partir dele é confeccionada a cuia (do Tupi-Guarani *Ku' ya*), utilizada para tomar o chimarrão, bebida elaborada a partir das folhas da erva-mate (*Ilex paraguariensis*), hábito muito presente entre os povos jê e guarani, hoje incorporado à cultura sulina.

Os guarani privilegiavam a proximidade com os grandes cursos d'água, eram exímios canoeiros e contavam com a disponibilidade de alimentos desse ambiente. Estabeleciam-se, geralmente, nas adjacências das extensas várzeas situadas nas margens de grandes rios como o Guaíba e o Jacuí. Tais locais eram periodicamente inundados em épocas de enchente, fazendo com que ali fossem depositadas sucessivas camadas de húmus,

contribuindo de forma significativa para a fertilidade do solo, onde estabeleciam seus roçados.

De acordo com Schmitz (1991, p. 34) entre as espécies cultivadas podemos citar o "milho, aipim, abóbora, batata doce, amendoim, feijão, cará, fumo, algodão e outras plantas tropicais, sob os cuidados das mulheres". A dieta era complementada através da coleta de moluscos fluviais, frutos, raízes, entre outros alimentos. Dentre os animais caçados figuravam a lebre, o veado, aves de diversas espécies, capivaras, lagartos, porco-do-mato, cutia, mico, peixes, enfim, toda uma variedade proporcionada pelo meio ambiente.

A alimentação de um grupo dependia, sobretudo, de um alto grau de cooperação, já era necessária uma atividade coletiva, além da própria produção familiar (SCHMITZ, 1991). Este é um fator que influenciou diretamente em sua forma de organização.

Estima-se que as aldeias menores abrigavam entre 200 e 300 pessoas, sabe-se, no entanto, que algumas eram formadas por milhares de habitantes. Suas choupanas eram dispostas ao redor de uma praça central, uma única residência poderia acolher dezenas de pessoas. Serve-nos de exemplo o sítio arqueológico Arroio do Conde, situado em ambas as margens do arroio homônimo na divisa entre os municípios de Guaíba e Eldorado do Sul.

No tocante à indústria oleira, a cerâmica guarani era finamente elaborada, produzida através da sobreposição de roletes (Figura 10), são característicos os recipientes de grande porte, além de copos, pratos, panelas pequenas, médias e grandes, tigelas, entre outros.



Figura 10 – Técnica de sobreposição de roletes aplicada à indústria oleira.

Ilustração: Fabricio J. Nazzari Vicoski.

Os ceramistas-horticultores oriundos das terras altas do planalto meridional também fizeram-se presentes nessa região, a exemplo do sítio RS-S-272: Morretes (CNSA: 00770), localizado em Canoas. Os povos falantes do tronco linguístico jê meridional, ancestrais dos atuais kaingang, são associados à Tradição Taquara e reconhecidos como os construtores das engenhosas habitações denominadas casas ou estruturas subterrâneas, popularmente conhecidas como "buracos-de-bugre". Trata-se de cavidades circulares escavadas no solo ou na rocha em decomposição, com uma profundidade variável entre 0,50 a 8 metros e um diâmetro de 2 a 20 metros (REIS, 2007, p.

122). Ocorrem preferencialmente em regiões frias, em altitudes superiores a 400 metros, mas geralmente entre 600 e 1.100 metros, porém, sua incidência também foi observada nas proximidades do litoral. Aparecem tanto isoladas como agrupadas, formando pequenas aldeias, neste caso podem ser interligadas por túneis, que permitiam a comunicação entre as residências sem a necessidade de expor-se ao ar livre.

Os povos já mantinham uma predileção por locais próximos a pequenos cursos d'água, pois "a ausência de rios navegáveis dificultava também o acesso de eventuais invasores canoeiros, como os Tupiguaranis" (PROUS, 1992, p. 312).

Junto às culturas ceramistas os artefatos líticos polidos ganharam espaço, ocorreram transformações substanciais na tipologia dos instrumentos, no período pré-cerâmico a presença de artefatos polidos era esporádica,

pois havia uma predominância de instrumentos lascados. Com o desenvolvimento das técnicas de polimento, novos instrumentos foram elaborados e outros aperfeiçoados.

A indústria lítica dos povos jê era composta por artefatos como mãos-de-pilão e de mó, enxadas, raspadores, talhadores, lascas retocadas, percutores, pontas-de-projétil, cunhas e lâminas de machado (Figura 11). A indústria oleira era constituída em sua maioria de pequenos recipientes, comumente de cor preta ou acinzentada escura. A superfície externa, em alguns casos apresenta marcas deixadas pelas tramas de cestaria, mas geralmente era alisada, e eventualmente decorada com pequenas incisões realizadas com as unhas ou objetos pontiagudos de forma alinhada.



Figura 11 – Lâminas de machados de pedra polida.  
Fonte: Sírius Estudos e Projetos Científicos.

Os sítios desses grupos localizados na Planície Costeira diferem das estruturas subterrâneas, possuem um caráter temporário relacionado à exploração sazonal deste ambiente, na forma de ocupações sucessivas de curta duração, algumas vezes em áreas compartilhadas pelos guarani.

A variedade de sítios arqueológicos atualmente conhecidos provavelmente representa somente uma parcela da diversidade étnica da região durante a pré-história. Após

ocupações sucessivas e também concomitantes entre diferentes grupos, os horticultores guarani parecem ter consolidado seu domínio sobre grande parte desse território. A exploração sazonal progressivamente cedeu lugar a assentamentos de maior duração, num processo contínuo de expansão das fronteiras, até o período de declínio do seu modo de vida tradicional após o contato com os colonizadores europeus.

## **Paleotocas**

As paleotocas são abrigos subterrâneos escavados por animais da megafauna como a preguiça (megatério) e o tatu (gliptodonte) gigantes, extintos há cerca de 10 mil anos. Quando preenchidas por sedimentos, tais estruturas são denominadas de crotovinas. Os abrigos temporários eram formados por túneis e galerias isoladas ou conectadas, atingindo dezenas de metros de comprimento (Figura 16).



Figura 16 – Paleotoca vista a partir de sua entrada.  
Fotos: Fabricio J. Nazzari Vicoski e Francisco Buchmann.

Uma iniciativa pioneira vem sendo desenvolvida por pesquisadores vinculados ao **Projeto Paleotocas**, resultando na descoberta, cadastramento e análise de centenas de paleotocas e crotovinas.

As paleotocas são icnofósseis de mamíferos da megafauna, portanto, são classificados como **patrimônio paleontológico**. No entanto, essa temática tem relação direta com a arqueologia, uma vez que os resultados de pesquisas recentes têm exigido a revisão de modelos interpretativos tradicionais que atribuem invariavelmente a gênese das **galerias**

**subterrâneas** aos grupos humanos pré-históricos (VICROSKI & FRANK, 2013).

Atualmente o conhecimento produzido nos permite afirmar que as galerias subterrâneas foram reutilizadas pelas populações pré-coloniais como moradia, abrigo temporário e para funções ritualísticas. Contudo, as estruturas foram originalmente escavadas pelos animais da megafauna. Obviamente nem todas as paleotocas passaram por esse processo de readaptação e uso pelas populações humanas. Nos casos em que isso ocorreu, as cavidades passam a ser caracterizadas também como **sítios arqueológicos**. Por vezes os vestígios dessa reutilização estão materializados nos fragmentos de recipientes cerâmicos, artefatos líticos, orifícios para a entrada de oxigênio ou mesmo em grafismos rupestres registrados em suas paredes (Figura 17).



Figura 17 – Grafismos rupestres indígenas registrados nas paredes de uma paleotoca em Timbé do Sul-SC.  
Foto: Heinrich Theodor Frank.

Essa readaptação do seu uso mostra-se mais intensa nas terras altas do planalto meridional do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, onde as evidências apontam para uma relação com os povos jê. Todavia, as pesquisas em paleotocas são ainda incipientes, exigindo que consideremos a possibilidade da presença dessa tipologia arqueológica também em outras regiões.

Diversas paleotocas foram cadastradas em municípios como Viamão, Alvorada, Novo

Hamburgo e Porto Alegre, em locais como o Morro do Osso e o Parque Natural Municipal Saint-Hilaire. Há ainda uma série de ocorrências em fase de pesquisa e cadastramento.

Por fim, cabe destacar que tais estruturas são reconhecidas como patrimônio cultural e paleontológico, constituem, portanto, bens da União, legalmente protegidos por legislação Federal e Estadual, com destaque para a Lei Estadual 11.738, de 13/12/2001.

## **O CONHECIMENTO ETNOHISTÓRICO**

### **Povos indígenas**

A historiografia luso-brasileira tradicional tende a afirmar que no início da colonização europeia da atual região metropolitana de Porto Alegre, a presença indígena era escassa ou inexistente. Tal posicionamento é amparado por fontes etnohistóricas, especialmente relatos de cronistas como Gomes Freire de Andrade. “Levantamento realizado pela equipe do Museu de Porto Alegre, igualmente aponta para o despovoamento dessa área no século XVIII” (OLIVEIRA, 2005, p. 48).

Para o pesquisador José O. Catafesto de Souza (s/d. p. 12), “o assunto foi propositalmente silenciado pelos historiadores portugueses, porque o reconhecimento da origem guarani da cidade era visto como um

suposto reconhecimento de uma antecedência hispânica no local”.

Antes da formação dos primeiros povoados na região, a atenção dos colonizadores esteve voltada para outras regiões do atual Estado do Rio Grande do Sul, como os povoados missioneiros, que exigiam uma vasta rede de abastecimento que contava com estâncias a pouco distância do Guaíba, indicando que a margem ocidental do estuário continuava a ser frequentada pelos guarani no século XVIII, antes da chegada dos primeiros colonizadores açorianos (SOUZA, s/d. p. 11-12).

Ao longo das primeiras décadas da colonização no século XVIII, a região manteve seu aspecto rural, centrada no desenvolvimento das atividades agropastoris, agricultura de subsistência e baixa densidade populacional. Começavam então a florescer as estâncias de criação de gado nos Campos de Viamão.

Os Campos de Viamão continham uma gigantesca reserva de gado que podia ser adquirida e posteriormente comercializada no Centro do Brasil. Na primeira metade do século XVIII, por meio dos tropeiros, iniciava-se a integração, dos Campos de Viamão, com as regiões mineradas coloniais (FLORES, 1990 apud CARELI, 2011, p. 74).

As primeiras sesmarias na região foram concedidas no ano de 1732 (Figura 12). De acordo com Carelli (2011, p. 74) as terras eram doadas aos povoadores por meio das **sesmarias** (em média 3x1 léguas) e **datas** (1/4 de légua quadrada). Num contexto de disputas geopolíticas entre as coroas espanhola e portuguesa, tais concessões tinham o objetivo de consolidar a ocupação e posse do território.



Numa época em que as estradas com traçados consolidados eram inexistentes, o uso das vias fluviais era de grande importância. Nesse sentido, o conhecimento indígena também foi fundamental, uma vez que os canoeiros guarani eram profundos conhecedores da rede hidrográfica. O rio Gravataí despontou como uma importante rota de transporte de passageiros e mercadorias como mandioca, batata-doce, fumo, cachaça, arroz, frutas e miudezas. Até as primeiras décadas do século XX, o Porto das Canoas, foi uma referência regional para escoamento da produção.

Na esteira do contexto da Guerra Guaranítica e da destruição dos povoados missioneiros jesuítico-guaranis, em 1762 os portugueses transferiram os indígenas remanescentes das missões para a atual região de Gravataí, onde criaram a Aldeia de Nossa Senhora dos Anjos. Nas reduções os guarani

havam desenvolvido habilidades ligadas à metalurgia, marcenaria, agricultura, pecuária, dentre outras atividades que lhe conferiam o caráter de mão de obra altamente qualificada, algo raro nos Campos de Viamão. A sociedade colonial, então em formação, usufruiu desse conhecimento técnico em larga escala.

[...] é possível aferir que a inserção destes indígenas na órbita da sociedade lusa se deu prioritariamente por meio da servidão, não diferindo muito da situação dos negros de origem africana. O retrato dos Campos de Viamão na década de 1750 delineia-se como uma sociedade notadamente escravista, predominando os pequenos plantéis de escravos e a disseminação da escravidão entre lavradores e criadores (OSÓRIO, 2007 apud DIEHLL, 2012).

Segundo Oliveira (2005), os textos de cronistas como Augusto Porto Alegre e

Sebastião Leão, apresentam indicações do contato entre indígenas e açorianos na região.

Os açorianos foram abandonados ao seu próprio destino e sua colonização teria sucumbido se não tivessem contado com o apoio inicial recebendo alimentos ou o aprendizado que tiveram dos índios Guarani que continuaram habitando as margens do Lago Guaíba depois da fundação da vila. Os Guarani ensinaram os açorianos a fazerem a coivara e a cultivarem as plantas americanas, que rapidamente substituíram o trigo, o centeio e a cevada que eles conheciam nos Açores. Com o fim das Missões, muitos Guarani missioneiros foram trazidos para a região de Gravataí, onde se fundou a Aldeia dos Anjos e de onde eram requisitados para prestar serviços ou abastecer com alimentos locais como Porto Alegre, Santo Antônio da Patrulha e São Domingo de Torres (SOUZA, s/d. p. 12).

Numa reconstituição histórico-cartográfica do Continente de Viamão ou Dél Rei em 1751

realizada pelo Departamento Estadual de Estatística do Rio Grande do Sul no ano de 1942, pode-se observar a disposição aproximada de grupos indígenas, inclusive no entorno da atual região metropolitana (Figura 13).

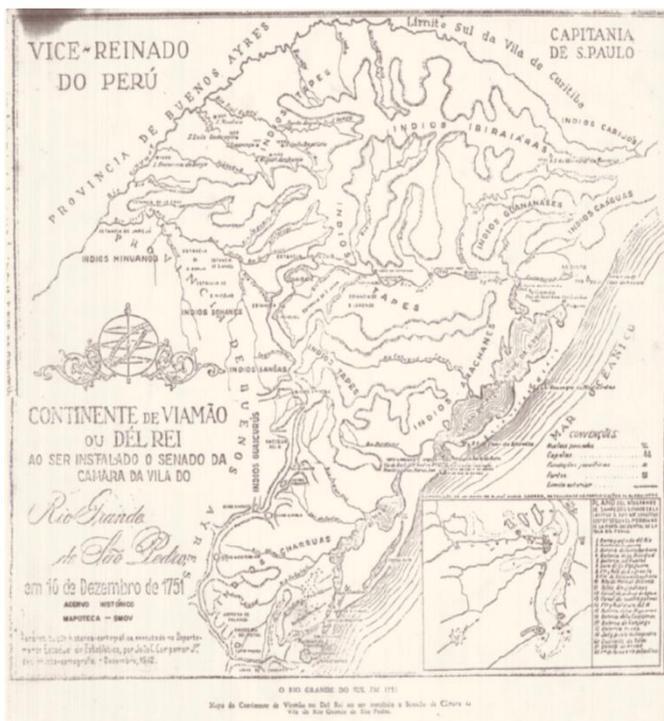


Figura 13 – Reconstituição histórico-cartográfica do Continente de Viamão ou Dél Rei com a disposição aproximada dos grupos indígenas.

Fonte: Museu Joaquim José Felizardo.



José O. Catafesto de Souza (s/d. p. 13) afirma que os indígenas nunca abandonaram esta região, eles “continuaram morando e frequentando a cidade ao longo de toda a sua história, assunto que só se tornou legítimo depois que passou a vigorar a Constituição Federal de 1988”. Desde o final do século XIX, os grupos indígenas que viviam nas proximidades de Porto Alegre, tiveram que ocultar sua vinculação cultural, pois neste período a política republicana defendia a remoção arbitrária das famílias indígenas e o seu confinamento em reservas demarcadas na região norte do Estado, as últimas áreas a serem colonizadas por imigrantes europeus.

A questão da mobilidade guarani também é um elemento a ser considerado. Para esses povos, o deslocamento sazonal de grupos e famílias é inerente à sua cultura. O abandono momentâneo de uma determinada área pode estar relacionado à escassez de recursos

necessários à sua subsistência, exigindo assim a rotatividade dessas populações e o constante retorno às essas áreas. A sociedade formada com base nos preceitos culturais europeus tende a interpretar esta questão como o abandono do território, utilizando-o como argumento para neutralizar a ancestralidade indígena de determinados territórios.

Atualmente há vários assentamentos e acampamentos indígenas na região. Em Viamão há três comunidades da etnia Mbyá Guarani, a Reserva Indígena Canta Galo (*Tekoá Jataí'ty*), Reserva Indígena da Estiva (*Tekoá Nhundy*) e Aldeia de Itapuã (*Tekoá Pindó Miri*). Apesar de estarem relacionadas à etnia Mbyá Guarani, é interessante notar que na Reserva da Estiva foram realizados casamentos interétnicos com índios kaingang (SILVA, 2001), etnia esta que conta com uma aldeia na Lomba do Pinheiro (*Fág Nhin*), em Porto Alegre. Somente na Capital registra-se a presença de mais de dez

comunidades relacionadas com as etnias kaingang, guarani e charrua.

O atual modo de subsistência dos grupos indígenas em Porto Alegre e região está diretamente relacionado à produção de artesanato. “Para sua sobrevivência, produzem e comercializam artesanato de fibras vegetais e pequenas esculturas de madeira e podem ser encontrados no Centro Histórico e, nos finais de semana, no Brique da Redenção” (SOUZA; VICROSKI; TOCCHETTO, 2012, p. 14). Observa-se assim, a continuidade da presença indígena na região desde o período pré-colonial até a atualidade.

## **Povos africanos e afrodescendentes**

A despeito da invisibilidade histórica que a historiografia por vezes tentou imprimir às populações negras na região, sua presença e contribuições são notórias. Conforme Ramos

(2008, p. 23) os africanos escravizados e seus descendentes estavam presentes nas mais diversas atividades, desde aquelas ligadas ao setor econômico até as atividades domésticas comuns do cotidiano urbano ou rural.

A título de exemplo, em 1858 havia um total de 5.122 habitantes na então Freguesia de Viamão, sendo 66,3% livres, 3% libertos e 30,6% escravos (RAMOS, 2008, p. 13). A região tinha a maior parte de sua produção desenvolvida em áreas rurais, o que demandava maior quantidade de trabalhadores.

Considerando a participação das populações negras no processo de formação histórica da região, deve-se atentar para a possibilidade de ocorrência de vestígios arqueológicos relativos a este período, a exemplo da **cerâmica neobrasileira**, resultante do contato entre ameríndios e europeus, representativa do período da expansão imperialista europeia, abrangendo também a

cerâmica dos escravos africanos, muito pouco conhecida, ainda, sob o aspecto arqueológico.

Atualmente há várias comunidades formadas por remanescentes quilombolas nos municípios de Viamão, Canoas, Gravataí, Alvorada e Porto Alegre, algumas das quais autodefinidas e outras com reconhecimento efetivado.

As comunidades quilombolas são grupos étnicos – predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana –, que se autodefinem a partir das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias. Estima-se que em todo o País existam mais de três mil comunidades quilombolas (INCRA).

Em Porto Alegre são notórias as comunidades da Família Silva, Areal da Baronesa, Alpes e Família Fidelix. Em Alvorada temos a comunidade Passo dos Negros, ao passo

que em Viamão podemos elencar as comunidades da Anastácia (Barragem), Cantão das Lombas, Ferreira Fialho, Peixoto dos Botinhas, Serraria e Morro dos Pretos Forros. Destaca-se a comunidade do Quilombo da Anastácia (Barragem) pela forte atuação pelo reconhecimento dos seus direitos. Na década de 1950 a construção de uma barragem alagou parte das terras dessa comunidade.

Em sua dissertação de mestrado, a antropóloga Vera Regina Rodrigues da Silva analisa um estudo antropológico sobre o processo de etnogênese do Quilombo da Anastácia, destacando a importância desta matriarca - nascida em 1896 - no processo de formação identitária da comunidade. “Ela ocupa as posições de herdeira de terras, referencial familiar, referência identitária e territorial, bugra e negra, já a família e a gente da barragem, o Quilombo da Anastácia” (SILVA, 2006, p. 105).

Em sua pesquisa, Silva (2006, p. 112), relata inclusive as dificuldades cotidianas da matriarca Anastácia pela manutenção e posse do gado e terras que recebeu de herança e administrava com autonomia, como evidencia o recibo de impostos incidentes sobre a comercialização de gado (Figura 15), emitido pela Indústria Pastoril em 1923.

INDÚSTRIA PASTORIL

N. 80

E EXERCÍCIO de 1923

CERFÍFICO que o sr. *Anastácia de Oliveira Reis* deve a Intendencia Municipal a quantia de Rs. *3.864,40* proveniente de *4* cabeças de gado vacum e ovelhum no corrente exercicio.

Thesouraria da Intendencia de Viúna de *1.º* de *Dezembro* de 1923

O Escripturario  
*Capacim*

Recebi em *31* de *Dezembro* de 1923

O Thesoureiro  
*W. J. P. G.*

Figura 15 – Recibo de impostos sobre a comercialização de gado emitido em nome de Anastácia.

Fonte: SILVA, 2005, p. 113.

Nos últimos anos a região metropolitana de Porto Alegre têm observado um processo de

fortalecimento identitário de comunidades negras, que progressivamente buscam a retomada dos territórios outrora ocupados por seus ancestrais.

## **Considerações finais**

Nos últimos 12 mil anos ocorreram profundos processos de transformação da paisagem do atual território do Rio Grande do Sul. Os primeiros grupos humanos que aqui chegaram guiavam-se pela necessidade cotidiana de abrigo e alimento para o seu grupo. A despeito das mais variadas adversidades, essas populações expandiram-se e exploraram todos os ambientes e regiões, desde as terras baixas dos pampas, a região da depressão central, as férteis várzeas dos grandes rios como o Uruguai, Jacuí e Taquari, perpassando pelas terras altas da serra e o ambiente lacustre e marinho da região litorânea.

Há quase dez milênios o estuário do Guaíba e circunvizinhanças desvelava-se para essas populações. A mobilidade fluvial aliada à grande disponibilidade de alimentos que esse ambiente propiciava, fez com que diferentes grupos étnicos se estabelecessem na região.

Os grupos jê, guarani e pampeanos são os maiores expoentes do período pré-colonial com ancestralidade contínua até os dias atuais. A real diversidade étnica, social e linguística de outrora talvez jamais seja conhecida. É importante, no entanto, reconhecermos a contribuição desses grupos étnicos para a formação do mosaico social contemporâneo. Somadas às culturas africanas e europeias, esse caudal étnico se reflete em tradições, costumes e comportamentos perpetuados em nosso cotidiano, por vezes de forma inconsciente.

Além de cimentar as nossas relações identitárias e compor o nosso patrimônio cultural, o reconhecimento dessa herança social, cultural e genética pode contribuir para a formação de uma sociedade mais igualitária e tolerante, uma vez que a história do outro é também a história da humanidade e, portanto, parte também das histórias individuais.

## Referências bibliográficas

CARELI, Sandra da Silva; KNIERIM, Luiz Claudio. *Releituras da História do Rio Grande do Sul*. Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore. Porto Alegre, CORAG, 2011. Disponível em <<http://www.igtf.rs.gov.br/wp-content/uploads/2012/10/Livro-Digital.pdf#page=65>>. Acesso em dezembro de 2012.

COSTA, Luciano Souza. *Anastácia, Manuel Barbosa e Ferreira-Fialho, Famílias e Territórios Negros: tradição e dinâmica territorial em Gravataí e Viamão, RS*. 2007. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10183/14697>>. Acesso em dezembro de 2012.

CUSTÓDIO, Luiz Antônio Bolcato. (Org.). *Gerenciamento do patrimônio cultural no âmbito do licenciamento ambiental em Porto Alegre: o componente arqueológico*. Porto Alegre: Editora da Cidade, 2016.

DIAS, Adriana Schmidt; SILVA, Sérgio Baptista da. *Arqueologia guarani no Lago Guaíba: Refletindo sobre a territorialidade e a mobilidade pretérita e presente*. IN: MILHEIRA, Rafael Guedes; WAGNER, Gustavo Peretti (orgs.). *Arqueologia Guarani no litoral Sul do Brasil*. Curitiba: Appris, 2014.

DIEHLL, Isadora Lunardi. *Os indígenas nos Campos de Viamão na década de 1750*. 2012. Disponível em: <<http://seer.bce.unb.br/index.php/noctua/artic le/viewAr%20ticle/4467>>. Acesso em dezembro de 2012.

IBGE, <<http://www.ibge.gov.br>>, Acesso em: abril de 2020.

IPHAN, <<http://www.iphan.gov.br>>, Acesso em: abril de 2020.

MONTICELLI, Gislene; DOMIKS, Júnior. *Diagnóstico Arqueológico Preliminar para Implantação de Central Geradora Eólica Pontal*,

Viamão/RS. Relatório de Pesquisa. Porto Alegre, 2009.

Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo.

NOELLI, Francisco S.; SILVA, Fabíola A.; VIETTA, Katya; TOCCHETTO, Fernanda B.; CAPPELLETTI, Ângela; DA COSTA, João Felipe G.; SOARES, André Luis R.; MARQUES, Karla J. *O mapa arqueológico parcial e a revisão historiográfica a respeito das ocupações indígenas pré-históricas no município de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Nota Prévia.* Revista de História Regional. Ponta Grossa: UEPG, 1997.

OLIVEIRA, Alberto Tavares Duarte de. *Um estudo em arqueologia urbana: A carta de potencial arqueológico do centro histórico de Porto Alegre.* Dissertação apresentada como requisito parcial e último a obtenção do título de mestre em História Ibero-Americana. Porto Alegre: PUCRS, 2005.

OLIVEIRA, Clóvis Silveira de. *A Fundação de Porto Alegre: Dados Oficiais*. 2a ed. Porto Alegre: Ed. Norma, 1987.

PROUS, André. *Pré-História Brasileira*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília. 1992.

RAMOS, Gislaine Borba. *A presença negra em Viamão: escravidão e liberdade nas últimas décadas do século XIX*. Trabalho de conclusão de graduação. 2008. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/16057>>. Acesso em dezembro de 2012.

REIS, Maria José. *A Problemática Arqueológica das Estruturas Subterrâneas no Planalto Catarinense*. Erechim: Habilis, 2007.

SANTOS, Maria R. Dias dos; PETERSEN, Carlos A.; MACHADO, José J. B.; ROMAN, Pedrinho. *Um ensaio de pesquisa em arqueologia para o ensino médio*. Guaíba: Curso de Licenciamento em História/ULBRA, 2011.

SCHMITZ, Pedro Ignacio. *Pré-História do Rio Grande do Sul*. Documentos 05. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas - Unisinos, 1991.

SILVA, Sérgio Baptista da. *Etnoarqueologia dos grafismos kaingang: um modelo para a compreensão das sociedades Proto-Jê meridionais*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. São Paulo: USP, 2001.

SILVA, Vera Regina Rodrigues da. *“De gente da Barragem” à “Quilombo da Anastácia”: Um Estudo Antropológico sobre o Processo de Etnogênese em uma Comunidade Quilombola no Município de Viamão/RS*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

SOUZA, José Otávio Catafesto de. *Grupos Originários e seus descendentes indígenas atuais em Porto Alegre*.

Porto Alegre:  
Coordenação da Memória Cultural – Prefeitura  
Municipal de Porto  
Alegre, s/d.

SOUZA, José Otávio Catafesto de; VICROSKI,  
Fabricio J. Nazzari; TOCCHETTO, Fernanda.  
*Povos Indígenas de Porto Alegre. Material  
didático destinado à rede escolar municipal.*  
Porto Alegre: CMC/SMC, 2012.

VICROSKI, Fabricio J. Nazzari. *Diagnóstico Não  
Interventivo do Patrimônio Arqueológico,  
Histórico e Cultural na Área de Influência do da  
LT 230 kV Pontal – Viamão III. Relatório de  
Pesquisa.* Erechim, 2012.

VICROSKI, F. J. N.; FRANK, Heinrich Theodor. *A  
Problemática das Galerias Subterrâneas na  
Arqueologia do Sul do Brasil.* In: II Congresso  
Internacional de História Regional. Caderno de  
Programação e Resumos. Passo Fundo: UPF,  
2013.

VICROSKI, F. J. N.; MALLMANN VICROSKI, C. *Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de implantação da Cidade do Inter. Guaíba/RS. Sírius: Erechim, 2017.*

VICROSKI, F. J. N. *Diagnóstico Arqueológico Interventivo na Área de Implantação do Condomínio Residencial Alphaville 3, Porto Alegre/RS. Projeto de Pesquisa Complementar. Sírius: Erechim, 2019.*

VICROSKI, F. J. N. *Projeto de Avaliação do Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Bourbon Jardim Itália, Porto Alegre/RS. Sírius: Erechim, 2020.*

---

Há quase dez milênios o estuário do Guaíba e circunvizinhanças desvelava-se para as populações pré-coloniais. A mobilidade fluvial aliada à grande disponibilidade de alimentos que esse ambiente propiciava, fez com que diferentes grupos étnicos se estabelecessem na região. A real diversidade étnica, social e linguística de outrora talvez jamais seja conhecida. É importante, no entanto, reconhecermos a contribuição desses povos para a formação do mosaico social contemporâneo. Além de cimentar as nossas relações identitárias e compor o nosso patrimônio cultural, o reconhecimento dessa herança social, cultural e genética pode contribuir para a formação de uma sociedade mais igualitária e tolerante, uma vez que a história do outro é também a história da humanidade e, portanto, parte também das histórias individuais.

---



PPGH  
Programa de Pós-Graduação  
em História

NuPHA  
Núcleo de Pré-História e Arqueologia

ISBN: 978-65-00-01810-3

BR



9 786500 018103

 **SÍRIUS**  
Estudos e Projetos Científicos Ltda